

O “MEMORIAL” COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PROCESSUAL: EXÉRIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Lessana Kemiatic; Orientador (a): Francisca Pereira Salvino.

Universidade Estadual da Paraíba

lessanakemiatic@gmail.com; fransalvino@gmail.com

Resumo: A avaliação, na concepção de educação democrática, é parte de um processo pedagógico que consiste em observar o progresso do aluno, analisar os resultados obtidos ao longo de um determinado tempo e modificar as ações, à medida que for necessário para aumentar o desenvolvimento da criança. Nesse sentido, faz-se necessário promover discussões acerca do planejamento e da avaliação educacional, bem como da importância da autoavaliação para o processo de construção das identidades pessoais e coletivas. Nessa perspectiva, este artigo objetiva analisar a significados de avaliação e seus possíveis desdobramentos enquanto prática avaliativa nas escolas. Consiste em um estudo bibliográfico realizado no decorrer da disciplina Planejamento e Avaliação Educacional II, ofertada no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/campus I), no período de fevereiro a junho de 2018. Conclui-se que a avaliação é um componente fundamental do planejamento educacional, que não deve se restringir à aprendizagem e ao desempenho das crianças, mas abranger também o desempenho dos profissionais e os processos de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, o “memorial” pode se constituir um instrumento de avaliação sistemática nos processos de ensino e aprendizagem, favorecendo significativamente à autoavaliação, fundamental ao crescimento pessoal e coletivo.

Palavras-chave: Planejamento educacional, Avaliação, Autoavaliação.

INTRODUÇÃO

A avaliação é um processo comum nos cotidianos da sociedade, na qual adotamos diversos critérios para realização de infinitas ações, que sempre estão sendo avaliadas. No âmbito escolar, a avaliação também se faz presente e tem um papel muito importante. A forma como a avaliação é aplicada pode produzir impacto e resultados extremamente significativos, tanto no sentido de produzir traumas, inversões de valores e limitações das capacidades dos sujeitos, quanto para contribuir com a formação de personalidades autônomas, críticas, conscientes do seu papel na sociedade e, a cima de tudo, capazes de valorizar suas próprias vidas e dos outros sujeitos.

Quando a avaliação é realizada apenas ao final dos processos, classificando as aprendizagens em “certas” ou “erradas” e os estudantes em “capazes” e “incapazes”, “aprovados” e “reprovados” torna-se medíocre, constituindo-se em entrave ao desenvolvimento das pessoas, da educação e da sociedade, por conseguinte. Por outro lado, quando se avalia na tentativa de aperfeiçoar as práticas, de corroborar para o

autoconhecimento, para a identificação dos avanços e dificuldades do processo, obtém-se uma melhor qualidade na educação.

Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo analisar significados de avaliação e seus possíveis desdobramentos enquanto prática avaliativa nas escolas. Consiste em um estudo bibliográfico, realizado no decorrer da disciplina Planejamento e Avaliação Educacional II, ofertada no curso de licenciatura plena em Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba, no quarto período. O estudo toma como referência Fernandes e Freitas (2008), que trata da avaliação e do currículo; Hoffmann (2014), que aborda os momentos de avaliação como reflexão e interpretação de manifestações de aprendizagens e não apenas de correção tarefas; Libâneo (1994) e Luckesi (2011), ambos analisando a importância da avaliação mediadora; e Sobral e Salvino (2015) analisando dados empíricos acerca da avaliação e da progressão continuada em uma escola de Campina Grande/PB.

1. Metodologia

Este artigo é resultado de um estudo bibliográfico, traz uma discussão acerca do processo de avaliação e autoavaliação no âmbito educacional. A metodologia bibliográfica tem o intuito de explorar o que já foi estudado, a partir do levantamento de referências teóricas que abordam o mesmo assunto. Segundo Boccato (2006, p. 266),

a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica (apud PIZZANI et al. 2012, p. 54).

A disciplina Planejamento e Avaliação Educacional II, oferecida na Universidade Estadual da Paraíba, campus I, no curso de Pedagogia, teve o intuito de analisar os significados de avaliação no contexto educacional, os instrumentos avaliativos e métodos de análise dos resultados obtidos durante a avaliação. O memorial, base deste artigo, foi instrumento de avaliação da primeira unidade da disciplina.

2. Avaliação no cotidiano escolar

Avaliar é um processo comum e frequente. Ao longo do dia avaliamos constantemente nossas ações e as das outras pessoas, por mais simples que sejam. Porém, dentro da escola a avaliação ganha um caráter de julgamento, que acontece, na maioria das vezes, somente em dias de prova, tendo este como o único instrumento de mensurar os conhecimentos e voltado exclusivamente para avaliar os estudantes.

Minha experiência pessoal com a avaliação confirma, em partes, essa mesma concepção, uma vez que a semana de prova era realizada ao final dos bimestres, marcadas por tensões, ansiedades e pressões. Em cinco dias, nós (os alunos) tínhamos que demonstrar tudo que havíamos aprendido durante meses. A avaliação, portanto, era entendida como atribuição de notas, restringindo a capacidade dos estudantes. Ou seja, se por algum fator individual, a criança não consegue realizar tão bem a atividade, mesmo sabendo do conteúdo, isto não é levado em consideração. Segundo Luckesi:

A atual prática de avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente. Ou seja, o julgamento de valor, que teria a função de possibilitar uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado, passa a ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado (LUCKESI. 2011. p. 34).

Esta classificação pode não permitir que o aluno progrida, principalmente quando a classificação diz respeito a padrões não aceitos e ou não desejados. Assim, determinados alunos não são auxiliados para o seu avanço e crescimento, pois a avaliação não aponta o caminho ou aspecto em que precisa investir, apenas o classifica. O ato de avaliar não se encerra no processo de realizar testes para atribuir notas aos alunos, esta é apenas uma parte, é importante, porém não deve ser decisória como afirmam Fernandes e Freitas (2008).

A avaliação, dentro da escola, muitas vezes é confundida ou simplificada ao nível dos testes. Os alunos temem à avaliação, já que este procedimento não é explorado e utilizado de forma que acrescente à formação integral do estudante. Diante disto, Luckesi nos traz a diferença entre a avaliação e exame, afirmando que

A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, diversa dos exames, que não são amorosos, são excludentes, não são construtivos, mas classificatórios. A avaliação inclui, traz para dentro; os exames selecionam, excluem, marginalizam (LUCKESI. 2011. p. 35).

Nessa perspectiva, a avaliação é uma parte do processo educacional, que tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento do aluno e do seu processo de aprendizagem, além de mostrar resultados obtidos ao final de um determinado tempo. Esta forma de avaliação permite que o aluno e o professor reflitam sobre suas práticas, adotando medidas que os ajudem a superar as dificuldades.

Na interpretação de Fernandes e Freitas (2008), avaliação que acontece durante o processo, com o objetivo de orientar o estudante, chama-se avaliação formativa, já quando ocorre no final do processo, com o intuito de apresentar os resultados, recebe o nome de avaliação somativa. Ambas têm relevância igual, porém com objetivos diferenciados. Dessa

forma, é válido utilizar-se de provas e notas para avaliar, porém, não deve ser o único método de avaliação e nem utilizada para selecionar os “melhores” alunos e excluir os menos capazes, pela via da evasão escolar.

Outro ponto importante da avaliação é a relação professor-aluno. O educador precisa estar apto a conhecer seus alunos, de modo que a individualidade de cada um seja reconhecida e preservada. Caso seja necessário, o professor pode avaliar de forma distinta o mesmo conteúdo na mesma sala de aula.

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias (LIBÂNEO 1994, p. 195).

Os instrumentos de avaliação devem ser trabalhados ao longo de nossa formação, para que possamos criar um certo domínio sob os mesmos. Desta forma, ao exercemos a profissão, estaremos aptos a utilizá-los e mesclá-los durante as aulas. Não nos detendo apenas à prova bimestral. Os portfólios, memoriais, atividades, trabalhos, redações, planilhas, entre outros, podem ser utilizados com a função de acompanhar a aprendizagem dos alunos e apresentar ao professor resultados mais apropriados e coerentes acerca dos processos de ensino e aprendizagem, já que “a avaliação não é apenas uma técnica para se verificar conhecimento, mas um recurso didático pedagógico que visa ao desenvolvimento dos sujeitos sociais” (SALVINO; SOBRAL, 2015. p. 222).

A educação brasileira tem a obrigação de atender ao desenvolvimento integral da criança e do adolescente, levando em conta a aprendizagem, em suas diversas dimensões, tais como a cultural, a cognitiva, a criativa, a imaginária, a política, a emocional e outras. Pensando nisso, a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), busca garantir o acesso à escola, assim como a permanência, o respeito à liberdade e um padrão de qualidade da educação. Para atendimento a essa proposta a LDB/1996, estabeleceu a “possibilidade” de organização curricular em ciclos de aprendizagens, como opção ao currículo seriado (anual), no qual o nível de reprovação era muito elevado.

No sistema de ciclos, as etapas podem ser de dois anos e os alunos só podem ser retidos no segundo ano de cada ciclo. Parte-se do entendimento de que as crianças precisam de um tempo maior para o desenvolvimento, respeitando-se os diferentes ritmos de aprendizagens e garantindo uma flexibilização dos tempos. Assim, as escolas adotaram um sistema de avaliação denominado de progressão automática. Fernandes e Freitas (2008),

advertem ser equivocado pensar que nos ciclos a avaliação só acontece ao final de cada ciclo. Muitos destes professores acabam por não avaliar seus alunos durante o processo de ensino-aprendizagem. Ao contrário, o aluno deve ser avaliado ao longo do processo para que suas dificuldades sejam trabalhadas e os avanços garantidos.

Essa compreensão e organização curricular pressupõe a adoção, de fato, da avaliação formativa, focada no desenvolvimento integral dos alunos, na correção das atividades como um tempo de reflexão, de modo que a correção se constitua em um momento importante de percepção das respostas como manifestação de múltiplas aprendizagens (HOFFMANN, 2015).

Fernandes e Freitas (2008), afirmam que a autoavaliação precisa ser realizada por professor e aluno, sobre as suas atividades e momentos de aprendizagem oferecidas. Para que isto aconteça, “ele precisa estar envolvido com o aluno uma vez que é ele quem observa, quem interpreta as múltiplas dimensões do seu processo de aprendizagem e é ele também quem vai decidir sobre o que fazer (pedagogicamente) a partir do que observou” (HOFFMANN, 2015. p. 48).

Ao avaliar-se, o educador e o aluno vão aprendendo sobre si, conhecendo suas capacidades e dificuldades, acompanhando seus progressos e acertos, bem como seus erros. Conhecendo a si mesmo, conseqüentemente a relação com os outros tende a melhorar. A autorreflexão permite que o estudante trabalhe sua autonomia e seu olhar crítico, já que o aluno pode meditar sobre suas atitudes, avanços na aprendizagem e sociabilização com a turma. Dessa forma, a autoavaliação necessita estar no planejamento sistemático e permanentemente.

3. O “memorial” como instrumento de avaliação processual

Durante as aulas de Planejamento e Avaliação Educacional II, discutiu-se o quanto o ensino e a aprendizagem centrada na repetição e memorização pode ser prejudicial e limitador do desenvolvimento humano, não incentivando e ou possibilitando que o aluno desenvolva sua capacidade e pensamento crítico e reflexivo. Nesse tipo de ensino a avaliação por meio de provas e testes implica em mensuração/medição e resulta em classificação, conforme as notas e ou conceitos obtidos.

Modificar tais concepções e práticas depende do currículo e do seu importante papel proporcionar experiências múltiplas e significativas de aprendizagem e de avaliação. A partir dessa compreensão a Professora responsável pela disciplina, assevera que o currículo de Pedagogia deve se constituir é ambiente para experiências de planejamento democrático, de

autoavaliação e de avaliação processual. Assim, propôs que adotássemos o “memorial” para podermos refletir acerca da experiência com um suposto instrumento de avaliação processual e formativa. Após a aceitação da proposta pela turma, a Professora apresentou um roteiro contendo o período de estudos a ser avaliação, contendo objetivos e atividades, sendo as seguintes: a) estudos e discussões de textos sobre avaliação; b) elaboração de resenhas sobre os textos; c) avaliação das resenhas, primeiramente pelas alunas e depois pela Professora; d) elaboração do memorial.

A Professora solicitou que a resenha do texto Indagações sobre currículo: currículo e avaliação, de Claudia de Oliveira Fernandes e Luiz Carlos de Freitas (2008). Organizou a turma de modo que cada aluna recebesse uma resenha para avaliar, considerando uma ficha de avaliação por ela elaborada, com o seguintes critérios:

Definiu as datas para envio das resenhas, avaliação, devolução e reelaboração destas a partir das orientações das avaliadoras. Ao final, foram entregues à Professora a primeira versão da resenha com as correções e orientações para reelaboração, bem como a resenha reelaborada.

A Professora também nos orientou a termos objetividade e imparcialidade e considerar igualmente os textos, independente da autora do texto ser mais ou menos amiga, mais ou menos conhecida. Lembrar que o objeto de avaliação era o texto e não a pessoa. Orientou também para praticarmos a autoavaliação e verificarmos honestamente e sem magoas as orientações e ou críticas das colegas no momento da correção e da reelaboração. Além disso, marcou a data para apresentarmos os resultados, após suas correções. A ficha também continha espaço para atribuição de conceitos e notas por cada critério a ser considerado.

Na data das apresentações fizemos constatações interessantes, tais como: a) é bastante difícil manter a objetividade e a imparcialidade quando a avaliação envolve pessoas amigas, pois tememos magoá-las, sendo mais fácil identificar; b) nossa postura, sentimentos, sensações, ética interferem nos critérios pelos quais avaliamos as atividades e, por conseguinte interferem nos resultados; C) o nível de conhecimento das avaliadoras foi crucial para avaliação, pois algumas não conseguiam identificar os erros; d) sermos avaliadas pelas colegas ou pela Professora modifica os níveis de aceitação da avaliação, dos conceitos e notas atribuídas; e) durante nossa escolaridade não fomos trabalhadas no sentido de aceitar os erros como parte do processo de ensino e da aprendizagem.

Dois outros aspectos tiveram atenção. Uma das alunas que já tinha uma outra graduação foi demasiado rígida na avaliação e na atribuição da nota, gerando um desconforto na autora da atividade avaliada e na turma. As alunas alegaram que todas na turma eram

iguais e ninguém devia desqualificar a outra. O outro aspecto foi que as notas variavam de 0 a 12. Algumas alunas pensaram que a Professora havia errado, mas chegamos à conclusão de que a variação de 0 a 10 é apenas uma convenção.

Essa experiência foi bastante rica e possibilitou que experimentássemos os dilemas da avaliação, a partir dos papéis que assumimos: autora ou avaliadora. Ao me colocar no papel de avaliador, pude perceber o quanto a avaliação é complexa e como precisamos nos preparar, academicamente para realizá-la de modo a contribuir com uma formação mais adequada dos sujeitos. Percebemos que por mais que estabeleçamos critérios objetivos para avaliar, no ato da avaliação outros critérios e ou fatores interferem na avaliação. Devemos ser imparciais e objetivos para não discriminar determinadas pessoas, todavia, não devemos ser totalmente objetivos ou imparciais com todas as pessoas porque algumas delas necessitam ser avaliadas por critérios diferenciados. Isto ocorre, por exemplo, quando a atividade é de uma pessoa com deficiência ou está passando por um problema mais grave que as demais (morte de uma parente, uma doença, depressão ou outro). Pensando nisso, Fernandes e Freitas (2008) afirmam que:

O papel da escola deva ser o de incluir, de promover crescimento, de desenvolver possibilidades para que os sujeitos realizem aprendizagens vida afora, de socializar experiências, de perpetuar e construir cultura, devemos entender a avaliação como promotora desses princípios, portanto, seu papel não deve ser o de classificar e selecionar estudantes, mas sim o de auxiliar professores e estudantes a compreenderem de forma mais organizada seus processos de ensinar e aprender (FERNANDES; FREITAS, 2008, p. 21).

Ao avaliarmos as atividades, não podemos desconsiderar as pessoas, nem as condições em que as atividades foram realizadas. A avaliação deve contribuir para o crescimento do indivíduo, não devendo causar sofrimento, humilhação, baixa autoestima. É necessário também entender a função que a autoavaliação exerce para o autoconhecimento. Assim, mais importante que um conceito ou uma nota baixa ou alta é a forma como os resultados podem nos orientar para eu possamos realizar as atividades com qualidade, o quanto ela nos ajuda a crescer como profissionais e como pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão permite concluir que a avaliação deve estar presente durante todo o processo, na intenção de diagnosticar os níveis de desenvolvimento da criança/pessoa avaliada. Nem sempre os resultados expressam apenas o desempenho dessa criança/pessoa. Eles podem expressar também o estado físico e emocional do avaliador. Até mesmo o horário

em que avaliação é realizada interfere nos resultados, bem como nível de cansaço do avaliador.

A autoavaliação é imprescindível neste processo, visto que instiga alunos e professores a pensarem e repensarem sobre suas práticas. Esta reflexão deve ser constante, está incorporada no planejamento diário e no currículo. Sua prática ajuda o professor a verificar se sua metodologia está adequada, pois o desempenho depende desta.

A disciplina Planejamento e Avaliação Educacional II é indispensável ao curso de Pedagogia e a outras licenciaturas. A avaliação é um procedimento necessário à educação e deve constituir-se em reflexão acerca de manifestação de aprendizagens e não apenas de execução de tarefas. Ela muito pode acrescentar às práticas escolares, desde que centrada na formação humana dos alunos, de modo que eles se desenvolvam da melhor forma possível.

Assim, é extremamente necessário pesquisar acerca da avaliação educacional, caso contrário, o ato de avaliar continuará selecionando, classificando, incluindo uns e excluindo outros, causando aprovações, mas também repetências e evasão escolares. Nesse processo, o “memorial”, bem como outros instrumentos como o caderno de atividades, o portfólio e outros cumprem um papel importante na perspectiva de uma avaliação contínua, formativa, mediadora. Isto ocorre porque esse tipo de instrumento possibilita o registro das aprendizagens do ponto de vista do que é significativo também para o estudante e não apenas para o professor. Possibilita aflorar sentimentos, sensações, valores, muito mais do que a mecânica das notas que pouco expressam sobre a complexidade dos atos de ensinar e aprender.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n° 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases Para a Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. Brasília: MEC/SEB, 2008.

HOFFMANN, Jussara. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. Tendências Pedagógicas do Brasil e a Didática. In: _____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. (Série Formação do Professor).

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2011b, 22ª edição.

PIZZANI, Luciana et al. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento**. Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf., Campinas, 2012, v.10, n.1. p. 53 – 66.



SOBRAL, Ana Claudia; SALVINO, Francisca Pereira. AVALIAÇÃO E PROGRESSÃO CONTINUADA: Implicações ao processo de ensino e aprendizagem. In: SILVEIRA, Alessandro Frederico et al. (Org.). **Cotidiano escolar e práticas pedagógicas**. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2015. p. 217-243. v. 1.